

**Estudos em Homenagem
a Joaquim Romero Magalhães**

Economia, Instituições e Império

Organizadores

Álvaro Garrido

Leonor Freire Costa

Luís Miguel Duarte


ALMEDINA

**ESTUDOS EM HOMENAGEM
A JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES
ECONOMIA, INSTITUIÇÕES E IMPÉRIO**

ORGANIZADORES

Álvaro Garrido · Leonor Freire Costa · Luís Miguel Duarte

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás n.ºs 76, 78, 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. - GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-153 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

342662/12

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

**ESTUDOS EM HOMENAGEM A JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES
ECONOMIA, INSTITUIÇÕES E IMPÉRIO**

Estudos em homenagem a Joaquim Romero
Magalhães / org. Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa, Luís
Miguel Duarte. - (Estudos em homenagem)

ISBN 978-972-40-4803-1

I - GARRIDO, Álvaro, 1968-

II - COSTA, Leonor Freire, 1961-

III - DUARTE, Luís Miguel, 1956-

CDU 94

D. Manuel I Revisitado: Historiografia Recente e Novas (Re)Leituras

Isabel dos Guimarães Sá

A historiografia nacional, e também o senso comum, referem-se a D. Manuel I como o rei venturoso, ou felicíssimo. Esta imagem justifica-se face ao título da crónica do reinado escrita por Damião de Góis, de resto a melhor e mais fidedigna de quantas se escreveram: *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Referia-se Góis ao facto de D. Manuel não ter nascido para ser rei, sendo necessárias muitas voltas da roda da fortuna para que o fosse: a morte de oito pessoas com direito a herdar o trono.¹ Outras circunstâncias fariam dele um rei afortunado. Em 1495, quando entronizado em Alcácer do Sal, juntaria a sua fortuna à da Coroa que herdava, fazendo da monarquia uma instituição menos débil do ponto de vista económico. Outras baforadas de sorte providenciaram a favor da sua felicidade: a descoberta do caminho marítimo para a Índia, que possibilitou à Coroa uma folgada situação económica, sem precedentes na sua história; ainda, uma prole numerosa, fértil em herdeiros do sexo masculino. A imagem do felicíssimo ou venturoso revela-se no entanto envelhecida, porque deixa na sombra a personalidade do rei, e ignora a sua agência nesses mesmos “golpes de sorte”, referindo-se a um estereótipo baseado nos equívocos de que ter sorte exclui inteligência ou competências políticas, e de que o acaso é um recurso que todos sabem aproveitar.

Foi Romero de Magalhães que, em 1993, levantou o primeiro véu de suspeita sobre a passividade de D. Manuel I, ao qualificá-lo de “prudente, manhoso,

¹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, 4 vols., Coimbra, por ordem da Universidade, 1949-1955, parte I, p. 12.

seguramente simpático”.² Esta opinião abria uma brecha na historiografia tradicional, na qual avultam os corrosivos juízos contra D. Manuel produzidos por Anselmo Braamcamp Freire. Este considerava D. Manuel um juguete nas mãos das mulheres que o influenciavam de perto: as suas irmãs Leonor e Isabel, e a sua mãe Beatriz. Respectivamente a rainha viúva de D. João II, a também viúva duquesa de Bragança e a mãe dos três irmãos, duquesa de Viseu-Beja, e matriarca da família, igualmente viúva. Freire emitiu esse juízo a propósito da restituição aos Braganças de sua casa e título e também da expulsão dos judeus, que via como ruinosos para o erário régio; acusava directamente as três mulheres de o influenciarem. E fazia-o usando uma linguagem mais próxima da polémica que da morigerada escrita científica: “O rei piegas, que, metido entre as saias da mamã e das manas, começou logo de princípio a arruinar o Estado restituindo a antiga casa dos Braganças expulsando os Judeus e Moiros”.³ Ou seja, D. Manuel aparecia como o mero receptáculo de uma sorte favorável, a que não tinha adicionado qualquer tipo de agência pessoal, mostrando-se fraco e influenciável. Um rei *sem qualidades*, portanto.

Este capítulo focará as imagens de D. Manuel desde esse momento de viragem na historiografia iniciado por Romero de Magalhães, bem como o que do rei se diz na crónica da época em que viveu, onde, como veremos, D. Manuel está longe de ser o simpático inocente a quem a sorte privilegiou. Veremos também que não obteremos uma imagem única do rei, mas que esta se divide em facetas contraditórias, e que provavelmente a sua personalidade variou ao longo do tempo e das circunstâncias. No entanto, neste breve ensaio, ignoram-se deliberadamente as concretizações do reinado de D. Manuel no plano administrativo, jurídico, artístico, etc., consideradas marcantes para o devir histórico do Reino; focaremos apenas os aspectos relacionados com o carácter do rei.⁴

E uma pergunta: o que nos pode interessar, a quinhentos anos de distância, a personalidade de D. Manuel I? Não é a história hoje considerada como o resultado das acções de todos, mulheres e homens, pobres e ricos, fracos e poderosos? Sem dúvida, não se coloca em causa o papel dos colectivos no devir histórico (nem o das configurações em que agem), mas há lugar para considerar o indivíduo, sobretudo quando este ocupa uma posição que lhe permite tomar decisões

² Joaquim Romero Magalhães, “D. Manuel I”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, terceiro volume, “No alvorecer da Modernidade (1480-1620)”, coord. Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 521-530. Citação na p. 521.

³ Anselmo Braamcamp Freire, *Crítica e História. Estudos*, reedição facsimilada, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, vol. I, p. 31.

⁴ O ciclo de reformas institucionais então levadas a cabo foi considerado por Nuno Gonçalo Monteiro como o mais importante até à revolução liberal do século XIX. In *História de Portugal*, Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 228.

que mudarão o curso da história. Para citarmos apenas algumas acções que tiveram impacto na história de Portugal, foi de D. Manuel a decisão de continuar a demanda do caminho marítimo para a Índia, que D. João II deixara a poucos passos de completar; foi também este rei a decidir expulsar judeus e mouros do reino, procedendo desta forma à unificação da fé católica em Portugal; foi também sua a decisão de continuar a contratar casamentos da família real privilegiando uma parceria exclusiva com os Trastâmaras e depois os Áustrias (ou seja, com a casa real espanhola, ou unidades políticas na sua órbita); e acedeu a restaurar a Casa de Bragança extinta pelo seu primo e cunhado. Talvez estas acções se tivessem concretizado com outro rei, ou noutra cronologia; o importante é que o foram naquele momento, e com aquele rei em particular, e isso tem importância histórica. Ou seja, apesar das contingências do contexto de cada decisão, reconhece-se hoje ao indivíduo uma margem de manobra que permite que lhe seja concedida atenção no singular (o que justifica afinal o género biográfico), sem que, obviamente, deixem de se estudar os colectivos, ou se volte a fazer uma “história acontecimental” em que pontificam as grandes personagens. Mais uma ressalva: a capacidade de tomar decisões é inerente aos reis, mas estes não as tomavam sem influências, por vezes delegando-as até por inteiro. O primeiro grupo político a moldar as acções do rei era constituído pelo seu círculo de afectos: as pessoas da sua corte, em que sobressaem os membros da família mais chegados, os favoritos, os confessores, e ainda, os membros do conselho régio, que podiam incluir indivíduos pertencentes aos primeiros grupos. A uma distância muito considerável destes, os representantes do Reino, reunidos em cortes, chamados a dar a sua opinião em assuntos de importância, geralmente ratificando decisões já tomadas. As reuniões de cortes constituíam também barómetros do estado do reino, uma vez que os povos aproveitavam para apresentar as suas queixas. Por todas estas razões, é ainda hoje difícil averiguar o papel efectivo da agência dos reis. Digamos, uma vez que estamos longe de resolver o problema, que uns são mais assertivos do que outros, e, como veremos, D. Manuel situa-se na confluência entre as duas vertentes: uma pessoal, directa, em que age de moto próprio, e outra em que se deixa influenciar pelos que lhe estão próximos. É nessa senda que prosseguiremos a nossa indagação.

D. Manuel visto pela historiografia recente

Susannah Humble Ferreira abordou D. Manuel I e a sua corte em vários trabalhos, chamando a atenção para o facto de as diferentes configurações do reinado terem permitido a prossecução de estratégias anteriormente impossíveis de levar a cabo, sobretudo devido a uma melhor conjuntura económica em relação ao reinado do seu antecessor. Os seus trabalhos, apesar de fundamentais, não se

pronunciavam sobre o rei por trás das decisões.⁵ Já João Paulo Oliveira e Costa, em biografia publicada em 2005, teve ocasião de se pronunciar sobre a personalidade de D. Manuel repetidas vezes, dando uma imagem nova da personalidade do rei, em vários pontos coincidente com os aspectos que discuto neste artigo.⁶ Em todo o livro, o autor chama a atenção para a habilidade política de D. Manuel I, tantas vezes manifestada: o facto de ter ganho a confiança de D. João II; não ter dado um único passo em falso antes de este o designar herdeiro do trono; ter sido capaz de se propor regente de Castela sem levantar a animosidade do sogro, Fernando o Católico, etc.⁷ João Paulo Costa baseou-se sobretudo nas crónicas de Jerónimo Zurita, que, como veremos em seguida, dão do rei D. Manuel I uma imagem diferente da que possuíamos até agora.

François Soyer, num importante estudo sobre a questão da expulsão de judeus e mouros, reportando-se apenas aos anos em que esta se concretizou, compreendidos entre finais de 1496 e 1497, sugeriu que D. Manuel constitui um modelo do tipo de exercício do poder que Maquiavel propôs aos leitores da sua obra “O Príncipe”.⁸ Soyer dá-o como tendo sacrificado a comunidade judaica, que não era hostilizada pela monarquia (a fricção com os judeus, como se sabe, era forte entre os povos e autoridades locais dos centros urbanos) em favor de um casamento que lhe proporcionava a paz com Castela, indispensável para finalizar o projecto de atingir a Índia por mar.⁹ Para o conseguir, D. Manuel procurava escapar às pressões para se aliar à Santa Liga contra a França, num contexto em que as guerras de Itália tinham eclodido em 1494, e as monarquias se alinhavam contra um inimigo comum, Carlos VIII de França (1470-1498).¹⁰ Relembremos o contexto: o rei pretendia casar com Isabel de Castela e Aragão, filha mais velha dos Reis Católicos, e viúva do príncipe D. Afonso, herdeiro da coroa portuguesa. Estes últimos sabiam que a sua primogénita não queria voltar a casar, e ofereceram Maria, irmã desta, a única filha ainda disponível no mercado matrimonial. D. Manuel insistiu em casar com a mais velha, mas foi colocado perante a espada

⁵ Susannah Charlton Humble, *From Royal Household to Royal Court: A Comparison of the Development of the Courts of Henry VII of England and D. Manuel of Portugal*, PhD, Baltimore, Johns Hopkins University, 2003; S. C. Humble Ferreira, “Development of the Portuguese Royal Council in the Reign of Manuel I (1495-1521)”, *Portuguese Studies Review*, vol. 12, 2004, n. 1, pp. 1-17; Susannah Humble Ferreira, “Os Castelos e o Conselho Real: Patrocínio Político em Portugal (1495-1521)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, 2010, tomo I, pp. 121-139.

⁶ João Paulo de Oliveira e Costa, *D. Manuel I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005. Leia-se sobretudo o preâmbulo, p. 15-21.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 60, 71, 191.

⁸ François Soyer, *The Persecution of the Jews and Muslims of Portugal. King Manuel I and the End of Religious Tolerance (1496-97)*, Leiden, Brill, 2007, p. 240.

⁹ François Soyer, *The Persecution.... cit.*, p. 159 e seguintes.

¹⁰ François Soyer, *The Persecution.... cit.*, p. 235.

e a parede: ou expulsava os judeus, ou a princesa de Portugal (título que detinha pelo seu anterior casamento) manteria a recusa em casar. D. Manuel aceitou, usando de alguns subterfúgios (nomeadamente tentando converter à força os judeus ao cristianismo e protelando a expulsão), mas sacrificando o povo hebraico aos seus desígnios políticos.

O rei visto pelos seus contemporâneos

Vários contemporâneos se pronunciaram sobre o carácter de D. Manuel, mas a imagem que fica destes testemunhos não é unânime, como veremos, e aponta para uma figura muito mais complexa do que uma escolha simples entre um homem fraco e influenciável por um lado, e um príncipe “maquiavélico” por outro.

Lunardo da Cà Masser, um espião veneziano, estava particularmente atento ao modo de operar do rei, porque procurou saber quem de facto decidia na corte portuguesa. Estava-se pelos anos de 1504, e Veneza estava preocupada com a concorrência que o trato de especiarias português fazia aos proventos dos seus mercadores. Masser veio incógnito, e enviou um relatório ao Conselho dos Dez em 1506; ouçamos as suas palavras, num excerto por mim traduzido do dialecto veneziano (obviamente numa tradução amadora, a confrontar com o texto original)¹¹: “A natureza deste Sereníssimo rei pareceu-me muito alegre; a sua compleição é fraca, débil, e de pouco espírito. É muito supeitoso em todas as suas coisas; não se resolve por si, mas em tudo quer conselho e consulta com a Rainha D. Leonor sua irmã, a qual é prudente Senhora e com os seus grandes: e isto acontece porque não confia no seu discurso e juízo próprio”¹². Também não escapou a Lunardo Masser a influência política do secretário António Carneiro, a quem o rei confiava as coisas de importância e segredo, não obstante tivesse outros secretários.¹³ A imagem que Masser produz desmente a de um homem

¹¹ Existem várias versões publicadas deste relatório, mas a mais completa, que aqui seguimos, é “Lunardo Masser’s Description of Portugal (1504-6)”, in D. S. Chambers, “Venetian Perceptions of Portugal, c. 1500”, *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, ed. by K. J. P. Lowe, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 37-43.

¹² “La natura di questo Sereníssimo Re parmi molto allegro; la complexion sua è flacha, debile, e de puocho spirito. E molto sôspectoso in tutte le sue cose; no si risolve per si, se non in tutto vuole consiglio et consulta con la Regina D. Elionora sua sorella, la quale è prudente D[omina] e cum li suoi grandi: et questo vien perché non si confida nel discorso et iudicio suo”. In Chambers, “Venetian Perceptions cit., 2000, p. 41. Este excerto não figura no texto publicado por Vitorino Magalhães Godinho, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser”, *Revista de História Económica e Social*, n. 4, 1974, pp. 75-84.

¹³ António Carneiro começou a sua carreira nos anos oitenta do século XV, ainda na corte de D. João II. Foi personagem importantíssima da corte de D. Manuel I, e transmitiu a posição de secretário ao filho, Pedro de Alcáçova Carneiro, que haveria de ser feito Conde de Idanha por D. João III.

decidido ou de ideias claras; pelo contrário, acusa o rei de não decidir nada sem o conselho da irmã ou dos seus “grandes” (o que, como é evidente, não lhe exclui o pretensão maquiavelismo, mas faz dele um homem prudente).

Representação semelhante do rei é de Philippe Commynes, que fala de um duque de Beja ainda em vida de D. João II transido de medo do primo e cunhado, cuja fama de crueldade galgara fronteiras.¹⁴ O que parece certo, é que D. Manuel evitou encontrar-se a sós com D. João II na última fase da vida deste último, sobretudo quando este o chamou do Algarve, já moribundo; o duque partiu ao seu encontro, mas voltou para trás.¹⁵ Esta imagem, no entanto, reverte a favor da capacidade de dissimulação de D. Manuel I, para quem era essencial à própria sobrevivência física não ter o rei como inimigo. Já havia dois mortos na sua família próxima, a do marido da irmã, o duque de Bragança, e a do seu próprio irmão, D. Diogo duque de Viseu-Beja. Através de uma carta que ele próprio assinou anos mais tarde, podemos confirmar que conhecia bem as vantagens políticas de não deixar transparecer emoções nem pensamentos. A propósito de um casamento projectado para o sobrinho Dinis, um dos filhos sobreviventes do duque de Bragança, D. Manuel declara que o casamento não é conveniente mas que convém dissimular. De resto, as vantagens da dissimulação eram já bem conhecidas de D. João II, que soubera esperar entre as cortes de Évora de 1481 e a primavera de 1483 para prender, julgar e mandar executar o duque de Bragança. Diz a carta de D. Manuel: “Joane Mendes. Nós el rei vos enviamos muito saudar. Por algumas coisas que se movem que nos pareceu que podem muito bem vir a D. Dinis meu sobrinho e lhe escrevemos que seu casamento não afirma nem acerta de todo e dilate a conclusão disso o mais que possa com a melhor dissimulação que nisso se possa ter e em tal maneira que não se possa saber que nós o escrevemos. Porém, a vós o notificamos assim para que nesta maneira se faça e após esta escreveremos mais largamente o negocio e em todo o caso se faça assim. Feita em Lisboa a 14 dias de 1502 (destaque meu). Assinado: rei.”¹⁶

No entanto, os testemunhos de Cà Masser e Commynes são gotas de água quando comparados com a imagem sistemática e consistente que o cronista do

¹⁴ Philippe de Commynes, *Mémoires*, ed. Joseph Calmette, 3 vols., Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, 1924. O cronista afirma que D. João II ganhou grande fama de crueldade e fez viver D. Manuel em “grant paour et crainte”; alude também à sua intenção de legitimar um bastardo. Isto no meio de vários erros, como a afirmação de que matou o duque de Viseu à mesa, perante a rainha D. Leonor. Cf. vol. III, p. 296.

¹⁵ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, INCM, 1973, p. 277-278.

¹⁶ IAN/TT, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 3, doc. 94 [1502.04.14, Lisboa]. “Carta do rei a Joane Mendes desaconselhando o casamento de D. Dinis seu sobrinho e sugerindo dissimulação no assunto”. Sobre o contexto deste casamento ver João Paulo Costa, *op. cit.*, p. 189, onde esta carta também é referida.

reino de Aragão Jerónimo Zurita (1512-1580) constrói de D. Manuel I segundo a qual o rei era manhoso, e pouco fiável.

Para Zurita, a ideia essencial a transmitir quando se refere a D. Manuel consiste em apontar a desconfiança de que este era objecto por parte dos Reis Católicos, constante ao longo de todo o seu reinado (e mesmo depois da morte de Isabel I de Castela em 1504). Enquanto Damião de Góis nunca deixa entrever areias na engrenagem da convivência entre genro e sogros, e nunca suspeitaríamos delas a partir da sua crónica (como João Paulo Costa explicou),¹⁷ Zurita descreve sempre D. Manuel como um potencial inimigo que os Reis Católicos tudo fizeram para neutralizar, sobretudo através dos seus casamentos com as infantas filhas dos Reis, Isabel e Maria, que amarravam o rei de Portugal a uma aliança com Castela e Aragão.

Zurita dedica também, a propósito desses casamentos, algumas palavras sobre a alteração de facções na corte, referindo os favoritos do rei. Aponta dois: o primeiro seria o conde de Portalegre, Diogo da Silva de Menezes, depois substituído por D. João Manoel. As intrigas são narradas a propósito das difíceis e arrastadas negociações que conduziram ao primeiro casamento de D. Manuel com Isabel de Castela e Aragão, que tinham como principal agente D. Álvaro de Portugal, em contacto próximo com os Reis Católicos. Era este o último e único irmão vivo dos quatro irmãos Bragança, tendo os restantes três sido perseguidos por D. João II aquando da conspiração de 1483: o terceiro duque de Bragança D. Fernando II, D. João marquês de Montemor-o-Novo, e D. Afonso conde de Faro. Exilado em Castela, D. Álvaro fez carreira na corte dos Reis Católicos onde ocupou altos cargos e foi privado dos soberanos; quando a casa de Bragança foi reabilitada manteve-se entre Espanha e Portugal, servindo de elo de ligação entre D. Manuel I e os Reis Católicos. Da sua parte, D. Manuel enviava a Castela D. João Manoel, seu camareiro-mor, “a quem contava todos os seus segredos”. Queria marcar um encontro de D. Manuel com os Reis Católicos, mas estes últimos tinham suspeitas de que haveriam de vir armados. Não era uma simples paranóia; a Idade Média conheceu vários casos de atentados cometidos em ocasiões deste tipo.¹⁸

Conta Zurita que D. João Manoel era o novo valido do rei, que ele preferia ao anterior conde de Portalegre, “que era antes el que governava”. Expliquemos num breve parêntesis quem eram estas personagens: o primeiro era, como dissemos, Diogo da Silva de Menezes a cujo cuidado o duque de Beja, órfão desde tenra idade, tinha sido confiado em pequeno, tendo-lhe o rei outorgado o

¹⁷ João Paulo Costa, *op. cit.*, p. 18-19.

¹⁸ Monique Chatenet, Monique e Pierre-Gilles Girault, *Fastes de cour. Les enjeux d'un voyage princier à Blois en 1501*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2010, p. 7.

título de conde de Portalegre em 1498.¹⁹ O segundo, D. João Manoel, seu irmão colação, filho da mesma Justa Rodrigues que o tinha amamentado e do bispo da Guarda.²⁰ D. João Manoel seria favorito durante pouco tempo, no entanto: foi enviado a Castela para negociar o primeiro e segundo casamento do rei, mas morreu por lá durante a segunda negociação, em 1499.²¹ Repare-se no entanto no parentesco fictício destes personagens com o rei: um era o seu pai substituto, e o outro seu irmão colação, uma vez que tinha sido amamentado pela mesma mulher, sendo nesta época o leite materno equiparado ao sangue.

D. João Manoel devia combinar um encontro de D. Manuel com os reis de Castela, mas estes últimos não confiavam nos portugueses e protelaram a reunião até a princesa estar casada. Zurita cita sempre a velha inimizade entre portugueses e castelhanos, principalmente por parte da “gente baixa” dos primeiros (o que é consistente com o que sabemos do “nacionalismo” português). Zurita diz também que muitos portugueses levaram a mal a vinda do camareiro-mor à corte espanhola. Eram eles principalmente o conde de Portalegre, o marquês de Vila Real, D. Pedro de Meneses, e seu filho D. Fernando. O marquês de Vila Real era o primeiro do título, falecido em 1499, tendo-lhe sucedido o filho, que viveria até à década de vinte do século XVI.²² Diz ainda Zurita que estavam todos muito sentidos com o rei porque os tinham deixado em Évora e o rei estava com a rainha sua irmã, D. Álvaro e Rui de Sousa, e temiam que acordassem o casamento sem eles.

Finalmente, o acordo saiu, com a especial condição de que D. Manuel expulsasse os judeus do reino, assinado pelos Reis Católicos e pelo camareiro-mor D. João Manoel, em Medina del Campo, a 15 de Agosto de 1497, e negociado também em grande parte, como dissemos, por D. Álvaro de Portugal. Zurita é taxativo ao afirmar que a princesa protelava o casamento, a ponto de o noivo suspeitar que havia outras razões para o adiamento, do interesse e agência dos pais da princesa. Desconfiado, D. Manuel pedia garantias de que a princesa lhe seria entregue assim que expulsasse os judeus. Em resultado desta situação, os Reis Católicos lançaram mão de um velho hábito: a tomada de reféns. Propuseram que um deles fosse para *La Guardia* (lugar nos limites de Portugal, provavelmente a Guarda, uma vez que os reis estanciavam em Medina del Campo; e as duas cidades ficam próximas), ou que D. Manuel entrasse em Castela, onde

¹⁹ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., Lisboa, IN-CM, 1996. Cf. vol. III, p. 349-350.

²⁰ A. B. Freire, *Brasões cit.*, 3 vols., Lisboa, IN-CM, 1996. Cf. vol. II, p. 22 e seguintes; vol. III, p. 16 e seguintes, principalmente p. 28.

²¹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo... cit.*, parte I, p. 111.

²² A. B. Freire, *Brasões cit.*, vol. III, p. 339-340 e seguintes; p. 354-355.

casaria mas não levaria a princesa até ter dado garantias da expulsão. E diziam ser esta a vontade inamovível da filha, porque esta atribuía o desastre que viti-mara o seu primeiro marido, o príncipe D. Afonso, ao favorecimento dos hereges e apóstatas fugidos de Castela (note-se que havia aqui uma incongruência cronológica: a morte de Afonso dera-se em 1491 e a entrada dos judeus em Portugal ocorrera no ano seguinte). Prossegue Zurita: “e [a princesa] tinha nisso grandes escrúpulos; e crescia-lhe tanto o temor de ofender a Deus nesse particular, que afirmava que antes preferia a morte”.²³ Ao que parece, D. João Manoel contou também segredos do seu rei confidenciando a má vontade que este tinha a Castela desde que lá andara nas terçarias. Estavam todos cheios de medo de um encontro, a que não faltariam as armas...²⁴ Finalmente, os Reis Católicos propuseram em carta entregue a D. João Manoel um encontro em Ceclavín, onde os três reis se encontrariam e se consumaria o casamento, com menção expressa de que no mês de Setembro de 1497 D. Manuel expulsaria os judeus de vez.²⁵

D. Manuel, entretanto, desconfiava de que lhe queriam pedir a Excelente Senhora, e confiava pouco que lhe dessem Isabel... Por seu lado, os Reis Católicos suspeitavam que o rei de Portugal não tinha vontade de expulsar os judeus, porque alargava o prazo para se converterem, além de procurar obter bulas da Santa Sé em seu favor. Finalmente a princesa escreveu de seu punho um papel em que jurava que quando D. Manuel tivesse cumprido a sua palavra iria pessoalmente com os pais avistar-se com ele a Ciudad Rodrigo, e depois o acompanharia ao seu reino. Foi D. Álvaro de Portugal quem trouxe a carta. O rei D. Manuel combinou então o encontro em Valência de Alcântara, para onde os reis se dirigiram, com a princesa. Os quatro estiveram três dias juntos nos primeiros dias de Outubro, até que sobrevieram notícias da doença do príncipe herdeiro D. Juan, que morreria a 4 desse mês. Fernando interrompeu à pressa o encontro para se deslocar a Salamanca, onde o filho agonizava.

Para Zurita, como vemos, D. Manuel foi influenciado consecutivamente por dois favoritos: o seu aio e conde de Portalegre, e em seguida o seu irmão colação, D. João Manoel, de pouca confiança, uma vez que contara os segredos do rei na corte espanhola. Qualquer um destes personagens faz de D. Manuel um rei pouco autónomo em matéria de mando. Se juntarmos aos dois a influência da irmã, aventada por Cà Masser, temos de facto matéria para reinterpretar a per-

²³ “... y formaba gran escrúpulo dello; y crecía tanto el temor de ofender a Dios en esto, que afirmaba, que antes recibiría la muerte”. Zurita, Jerónimo, *Historia del rey Don Fernando el Católico. De las empresas, y ligas de Italia, compuesta por Jerónimo Zurita cronista del reino de Aragón 1580*, ed. electrónica de José Javier Iso (coord.), Pilar Rivero y Julián Pelegrín, 2005. Cf. Livro III, cap. 6.

²⁴ Zurita, *Historia del rey Don Fernando cit.*, livro III, caps. 6 e 9.

²⁵ *As Gavetas da Torre do Tombo*, ed. digital de Miguel Jasmíns Rodrigues, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, s.d., vol. VII, p. 137-138 [Medina del Campo, 1497.08.11].

sonalidade e agência do rei à luz de novos dados. Outros relatos dão D. Leonor como fazendo as vezes da rainha inexistente na altura em que Vasco da Gama regressou bem sucedido da primeira viagem marítima para a Índia. Estava-se no Verão de 1499, e só no Outono do seguinte chegaria à corte portuguesa a rainha D. Maria, segunda mulher do rei, uma vez que Isabel morrera de parto em 1498. Ou seja, há indícios de que, entre os dois casamentos do rei a rainha D. Leonor pontificava na corte, recebendo pessoas em pé de igualdade com o rei. Sabemos que a sua influência na corte duraria pouco, porque D. Manuel voltou a casar em finais de 1500; D. Leonor afastou-se para os seus paços, e depois de 1509, também para o mosteiro da Madre Deus, da sua fundação. Mas episódios narrados por Damião de Góis dizem que o irmão a visitava amiúde, e conhecemos até um deles, em que alguém se aproveita da influência da rainha para conseguir que o rei, zangado com o governador da Casa do Cível, levantasse os castigos que lhe impusera. Este episódio passa-se em 1512, e é narrado por Damião de Góis que conta que D. Álvaro de Castro açoitou um seu criado por o surpreender a namorar com uma escrava sua. Para D. Manuel, era inadmissível a ideia de que o seu regedor pudesse bastar-se a si mesmo no castigo dos seus criados. A persistência de actos de justiça privada constituía agora uma impossibilidade no contexto da estruturação do Estado moderno. Quando teve conhecimento do ocorrido, o rei suspendeu D. Álvaro do seu ofício e proibiu-o de sair de casa. A desgraça abateu-se também sobre os seus familiares, a ponto de os seus dois filhos, que andavam na corte, serem riscados do livro de cozinha. Coube a sua mulher, também chamada Leonor como a rainha, juntamente com o irmão do cronista, Frutos de Góis, resolver a situação. Maquinarum um estratagemma: o rei visitava frequentemente a irmã no seu paço em S. Bartolomeu, junto da igreja de Santo Elói. A rainha seria posta ao corrente do problema, haveria um encontro aparentemente casual entre os três, no qual a rainha agenciaria indirectamente a reabilitação de D. Álvaro ao perguntar a sua mulher pela saúde do marido. Quando o encontro ocorreu, esta respondeu que só Deus e o rei o podiam curar, e D. Manuel levantou o castigo ao marido. Serve esta historieta, narrada de forma muito esquemática, para sublinhar a influência da rainha sobre o rei. O assunto resolveu-se a contento, e não se enganavam nem Frutos de Góis nem a mulher de D. Álvaro: D. Leonor tinha influência suficiente para aplacar a ira régia. D. Manuel lá acabou por restituir a D. Álvaro o ofício perdido e voltou a admitir os seus rapazes à mesa.²⁶

Voltando a Zurita, outras ocasiões servem a este cronista para expressar a falta de confiança em D. Manuel por parte dos Reis Católicos. Falecida Isabel I em

²⁶ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo cit.*, parte III, pp. 156-159. Episódio abordado por Luís Miguel Duarte, "O Estado manuelino: a onça e o elefante", *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Difel, 1998, pp. 198-199.

Novembro de 1504, vivia-se um impasse sobre a regência do Reino que perdurou até à morte de Filipe o Belo em 1506. Como se sabe, durante esse período, Filipe duque de Borgonha reinou em nome da mulher, Joana de Castela e Aragão, agora herdeira do trono e “rainha proprietária de Espanha” depois da morte dos dois irmãos mais velhos. No entanto, cabiam a Fernando direitos sobre a regência, porque a sua defunta mulher o tinha declarado regente no seu testamento em caso de impossibilidade da filha em governar.²⁷ Era o que acontecia, uma vez que era dada como louca; embora o marido tivesse alguns direitos sobre o trono à luz da lógica sálica, Isabel a Católica tinha deixado bem claro, pela sua *praxis* política, que as mulheres deviam e podiam governar. Em período de regência indefinida, quando Filipe o Belo reinou em Espanha em nome da mulher D. Joana, muitos nobres entricheiravam-se já do seu lado, contra Fernando.²⁸ Zurita aponta o rei de Portugal como tendo duas caras: fazia de conta não ter optado por Filipe, mas dava-lhe o seu apoio em segredo. D. Manuel era assediado por membros da nobreza fiéis a Filipe para tomar o partido deste, aproveitando “a má vontade que o rei D. Manuel tinha para com o seu sogro”.²⁹ O autor refere também que o principal objectivo do rei de Portugal consistia em casar os seus filhos com os de Filipe, e o mais velho, Carlos, estava na Flandres em poder da tia, Margarida de Áustria. Zurita afirma ainda que mais tarde, houve até quem o convidasse, morto Filipe em Setembro de 1506, para aceitar o governo do reino de Castela. D. Manuel recusou publicamente, mas em segredo continuava a receber e negociar com os grandes de Castela.³⁰

1506 fora de resto um mau ano para o Reino de Portugal. Lisboa continuava assolada pela peste, com a corte ausente, e uma violenta reacção popular anti-judaica eclodiu por alturas da Páscoa, dando origem a um massacre que foi notí-

²⁷ Cito o trecho do testamento: “... acatando la grandeza e exçelente nobleza e esclareçidas virtudes del Rey, mi señor, e la mucha esperiència que en la governaçion d’ellos ha tenido e tiene e quanto es serviçio de Dios e utilidad e bien común d’ellos, que en qualquier de los dichos casos sean por su Señoría regidos e gobernados, ordeno e mando que cada e quando la dicha Princesa, mi hija no estoviere en estos dichos mis reynos o después que a ellos veniere en algun tiempo aya de yr e estar fuera d’ellos o estando en ellos no quisiere o no podiere entender en la governaçion d’ellos, que en qualquier de los dichos mis reynos e señorías e tenga la governaçion e administraçion d’ellos por la dicha Princesa” (<http://www.delsolmedina.com/TestamentoTexto-2.htm>, consultado em 30 de Setembro de 2011. destaque meu).

A importância deste clausulado, feito a 23 de Novembro de 1504, dias antes do passamento da rainha a 26 do mesmo mês, com plena consciência da incapacidade da filha, tem sido sublinhada por Luis Suárez Fernández (Suárez Fernández, Luis, “Análisis del Testamento de Isabel la Católica”, *Cuadernos de História Moderna* n. 13, 1992, pp. 81-89 e Idem, *Isabel I, Reina (1451-1504)*, 4 ed., Barcelona, Ariel 2005, p. 487).

²⁸ Bernáldez, Andrés, *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel escrita por el Bachiller Andrés Bernáldez, cura que fué de la villa de los Palacios, y Capellan de D. Diogo Deza, Arzobispo de Sevilla*, Sevilla, Imprenta que fué de D. José María Geofrin, 1870, tomo II, III parte, pp. 276-278.

²⁹ J. Zurita, *Historia del Rey D. Fernando cit.*, livro VII, cap. 50.

³⁰ J. Zurita, *Historia del Rey D. Fernando cit.*, livro VIII, cap. 1.

cia na Europa inteira.³¹ Deixou rasto em muitas fontes europeias, e pode-se dizer que, como é hábito nestes casos, todos contam histórias diferentes. A versão do cronista Andrés Bernáldez é interessante, porque ressalta o carácter de revolta popular contra o rei de que o massacre se revestiu (Bernaldez era cristão-velho, cura da paróquia de Los Palácios, e notavelmente anti-hebraico). Segundo o seu relato, o motim durou três dias, começou no mosteiro de S. Domingos, e nele morreram três mil pessoas (os números, nestas ocasiões, ainda hoje são fluidos...). Na cidade, assolada pela peste, fome e seca, faziam-se contínuas procissões a pedir água e misericórdia divina; os cristãos-novos da cidade mostravam pouca vontade em aderir. Conta Bernáldez que o povo lhes queria mal porque a cidade estava sobrecarregada de foros a favor das rendas do rei e em prejuízo da comunidade. Um frade dominicano instigou o povo contra eles, os judeus foram massacrados e as judiarias da cidade saqueadas.

O rei, a catorze léguas de distância, abeirou-se da cidade, mas não entrou, ameaçando os seus habitantes e enviando um corregedor que se limitou a enforçar pessoas sem critério. Os habitantes da cidade, escandalizados, revoltaram-se e enforcaram-no. Perante a revolta popular, o rei limitou-se a reunir o seu conselho, e a proferir ameaças: havia de destruir Lisboa e não deixar pedra sobre pedra, e espalharia sal no seu solo. Foi acalmado na sua fúria pelos grandes do reino, que aconselharam a não destruir a cidade, que era a “maior, mais honrada e rica de Portugal”, e que assim se apagava um fogo com outro. O rei que esperasse pelo fim da fome e da peste, e que depois castigasse quem merecesse. D. Manuel seguiu o conselho, e ainda que depois punisse algumas pessoas, fê-lo relativamente a muito poucas. Este é o relato de Bernáldez, que lhe dedica um capítulo intitulado “Do motim de Lisboa”...³²

Verificamos que, a acreditar no relato, também aí o rei deu mostras de vacilar: depois de uma primeira reacção irada, em que usou da repressão, acabou por prevalecer a benignidade do castigo; nesse caso, parece ter sido o Conselho Régio a influenciar o rei, que não tinha coragem de entrar em Lisboa.

Em 1515, temos novas indicações que o rei tomava decisões ao sabor das pressões de uns e de outros. O cronista Gaspar Correia dá D. Manuel como hesitante na questão de Afonso de Albuquerque, que o opôs à rainha D. Maria. A questão, expliça-se, decorria de uma intriga de corte, em que Albuquerque, na lon-

³¹ Cf. Marin Sanuto, *I Diarii*, 59 vols, Veneza, Stabilimento Visentini av. Federico, 1879-1903, vol. VI, colunas 383-384.

³² Andrés Bernáldez, *Historia de los Reyes cit.*, tomo II, Parte III, pp. 283-285. Ver igualmente, de François Soyer, “The Massacre of the New Christians of Lisbon in 1506: A New Eyewitness Account”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 7, 2007, pp. 221-244. Este estudo baseia-se no relato ocular de Gaspar Correia, inédito até há pouco tempo (*Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*), ed. José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências, 1992, p. 29-32).

gínqua Índia, se via afastado do cargo de governador por pressão de D. Diogo Lobo, segundo barão de Alvito, sobre o rei, sendo substituído por Lopo Soares de Albergaria. Conta Correia que D. Maria se zangou, por estar muito ligada a Albuquerque, e conseguiu convencer o rei a voltar atrás na sua decisão, embora sem efeito, porque quando a carta chegou à Índia já Albuquerque morrera; por causa deste incidente a rainha manteve relações frias com o barão durante muito tempo.³³ Ou seja, vemos uma vez mais a ideia de que o rei cedia facilmente a pressões, primeiro dos cortesãos e depois da rainha.

Um derradeiro episódio nos dá uma ideia do carácter manipulável do rei: o casamento da filha Beatriz com o duque de Sabóia. Beatriz partira em Setembro de 1521 para Nice, já casada por procuração, depois de se despedir do pai, da madrastra e dos irmãos, levando um portentoso enxoval. Pouco depois da chegada da frota no regresso a Lisboa, em Dezembro, o rei adoeceu e morreu ao fim de dez dias. O relato da agonia feito por Damião de Góis menciona apenas a doença do corpo, mas Gaspar Correia alude a um mal do espírito, relacionando-a com as más novas que a comitiva de Beatriz trazia sobre os sucessos da entrega da noiva ao duque de Sabóia: o mau aspecto do noivo, o fraco acolhimento dispensado à princesa, e sobretudo, o desprazo com que tinha expulsado todos os cortesãos que se tinham proposto permanecer na casa desta. Uma medida pragmática, e não xenófoba: constituiria talvez uma forma de o duque evitar manter aquela gente toda. Refere Correia que as notícias do sucedido – que soubera antes do regresso da armada – lhe cortaram a vida, embora o tivesse dissimulado e dado ordens para não se falar do assunto na corte. Uma vez mais a estratégia de dissimulação na ordem do dia: à chegada, o conde de Vila Nova de Portimão, D. Martinho de Castelo Branco, que chefiara a armada, tivera ordens para dissimular e as conversas com o rei decorreram à porta fechada.³⁴

Para alguém que se pavoneava por Lisboa com os seus elefantes (chegaram a ser cinco), enviara uma embaixada de obediência a Leão X que espantara toda a Europa, e dera um exorbitante enxoval à sua filha, saber que tinha sido desconsiderado por uma casa ducal, nem sequer figura de primeiro plano no xadrez político europeu, pode ter sido um rude golpe. Se juntarmos a estes dados as informações que Jean Aubin coligiu sobre o negócio matrimonial, o nosso rei tinha razão para se sentir enganado. De facto, para este historiador francês tratou-se

³³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, ed. M. Lopes de Almeida, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975, vol. II, pp. 462-463. Ver o tratamento desta questão por Alexandra Pelúcia, “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, coord. João Paulo O. Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004, p. 279-302.

³⁴ Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III cit.*, p. 159: “...mas ela [a noiva] foi tal que logo o cortou de morte para sempre”.

de mais uma manobra política do imperador, que integrou na órbita política do império o ducado de Sabóia, de importância estratégica, permitindo uma injeção de capital – o dote de D. Beatriz – de que o duque tinha confessado abertamente precisar.³⁵

Há ainda outra intriga narrada por Gaspar Correia, e que não encontramos nos outros cronistas. Partira com a comitiva naval da princesa também o arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa (um dos irmãos do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa), que há muito ambicionava a obtenção do capelo de cardeal. Ora, D. Manuel I queria-o para o seu filho Afonso, embora tivesse chegado a um acordo com D. Martinho que depois não cumpriu, segundo o que o arcebispo veio a saber durante a viagem. Através desse acordo ficaria o velho arcebispo com o capelo, mas o jovem Afonso com as rendas (um acordo adequado face à idade avançada de D. Martinho). Como o infante era agora cardeal, tendo D. Manuel faltado à sua palavra, provavelmente, o arcebispo, magoado, não tratou de fazer assinar ao duque de Sabóia alguns papéis que o teriam contratualmente impedido de despedir a comitiva de D. Beatriz.³⁶ Em todo o caso, D. Martinho morreu durante a viagem, o que poderia, quiçá, ter também causado remorso ou mal-estar ao rei.

Em suma, nada parece fácil quando se considera a personalidade do rei. De manhoso a dissimulado, de joguete nas mãos dos favoritos ou da rainha-velha, temos um pouco de tudo. Uma coisa é certa, porém: D. Manuel gostava pouco de conflitos abertos, talvez porque os tivesse visto à suficiência com D. João II, D. Fernando II duque de Bragança, e D. Diogo, duque de Viseu, respectivamente cunhado, primo e irmão. Quando os Reis Católicos desconfiavam dele, tinham mais dúvidas do que certezas; não sabiam com o que contar. A sua prudência podia ser consequência da sua incapacidade de tomar decisões. Uma coisa é certa: o rei não revelou nunca pressa em resolver as questões; dedicou-lhes tempo e deixou-as maturar. Até lá, ia ganhando tempo e dissimulando...

Bibliografia

Anglería, Pedro Mártir de, *Epistolario*, vol. IX-XI, <http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos>, consultado em Junho de 2009.

Bernaldez, Andrés, *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel escrita*

por el Bachiller Andrés Bernáldes, cura que fué de la villa de los Palacios, y Capellan de D. Diogo Deza, Arzobispo de Sevilla, 2 tomos, Sevilla, Imprenta que fué de D. José María Geofrin, 1870. <http://www.archive.org/>

³⁵ Jean Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, vol. III, pp. 111-119.

³⁶ Gaspar Correia, *Crônicas de D. Manuel e de D. João III cit.*, pp. 157-158.

[details/historiadelosrey00bern](#), consultado em 30 de Outubro de 2010.

Zurita, Jerónimo, *Anales de Aragón*, ed. de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yague y Pilar Rivero, 2003. <http://ifc.dpz.es/publicaciones/ver/id/2448>, consultado em 26 de Outubro de 2010.

Zurita, Jerónimo, *História del rey Don Fernando el Católico. De las empresas, y ligas de Italia, compuesta por Jerónimo Zurita cronista del reino de Aragón 1580*, ed. Electrónica de José Javier Iso (coord.), Pilar Rivero y Julián Pelegrín, 2005. <http://ifc.dpz.es/publicaciones/ver/id/2423>, consultado em 26 de Outubro de 2010.